



MARIALVA

Câmara rejeita emenda que aumentava o prazo para a vigência do projeto de lei que trata da transmissão de licitações

26 de setembro de 2018

Data	Fonte	Crédito da Imagem
26 de setembro de 2018	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

Na sessão ordinária da última segunda-feira (24), o plenário da Câmara Municipal de Marialva rejeitou a Emenda 01/2018 ao Projeto de Lei Ordinária nº 36/2018, de autoria do vereador Onesino Bassan (PDT), que aumentava de 30 para 90 dias, contados a partir da data da publicação da lei, o prazo para que a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Saema passassem a gravar em áudio e vídeo e a transmitir ao vivo na internet, por meio do site oficial do órgão, as sessões públicas de licitações realizadas. A emenda também previa que as sessões dos processos licitatórios deveriam ser realizadas em ambiente próprio. A emenda recebeu quatro votos contrários e quatro votos favoráveis. O voto decisório para a reprovação foi do Presidente da Casa, vereador Ricardo Vendrame (PP).

“Acho que o celular não é o melhor equipamento para se fazer isso. O celular é manuseado por uma pessoa, que pode ter intenções diversas e direcionar o foco para um ou para outro. Para ser claro e cristalino, acredito que o melhor é ter uma câmera fixa em local próprio”, defendeu Bassan.

“Com o prazo de noventa dias, a lei entraria em vigor só ano que vem. Na Câmara, hoje mesmo, tudo já é filmado. Não vejo dificuldade nenhuma em colocar em prática essa lei o quanto antes”, justificou Paulo Barbado (PV).

Aprovado

“O projeto de autoria dos vereadores Carlos Eduardo (PSC), Luciano Dário (PSC) e Ricardo Vendrame, foi aprovado por unanimidade e segue para a segunda e terceira discussão. Além da gravação e transmissão das compras realizadas pelos órgãos públicos municipais, o projeto trata também da disponibilização dos procedimentos e documentos dos processos licitatórios na íntegra (capa a capa) nos Portais de Transparência.

A transparência precisa ser aplicada. Tem de se ter respeito com o dinheiro público. Essa é uma forma do cidadão também fazer a sua fiscalização”, acrescentou Xuxa (PMDB).

“Sabemos que a gravar e transmitir não vai acabar com todos os problemas e fraudes em licitações que, muitas vezes, acontecem além da sessão pública, antes da publicação do edital ou no recebimento, por exemplo. Mas vai inibir os mal-intencionados e vai acabar com aquele boato de que só ganha licitação, quem é amigo do prefeito”, comentou Wesley Araújo (PR).

“Por mais que confiamos na honestidade do gestor, essa lei terá também de ser seguida pelos próximos que assumirem o mandato. Isso vai dar maior segurança ao contribuinte e também para aquele servidor que está prestando um serviço de qualidade e com responsabilidade. Vamos deixar com a aprovação dessa lei a marca de uma câmara de vereadores efetiva e atuante”, defendeu Dário.

7x1

Durante a sessão, os vereadores aprovaram em primeira discussão, por sete votos contrários e um favorável, o Projeto de Lei Ordinária nº 43/2018, de autoria do Executivo, que autoriza a Administração a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5 milhões no Orçamento Geral do Município.

Segundo a justificativa do projeto, o montante servirá como “reforço de dotações integrantes do orçamento vigente para complementar insuficiência de saldo das fichas, relativamente às despesas típicas, com finalidade de adequar valores conformando-se às necessidades de encerrar o exercício correspondente a 2018”.

O vereador Wesley Araújo (PR) foi contrário à proposição, que suplementa recursos em determinadas contas e cancela total ou parcialmente em outras - à exemplo da conta do Manutenção do Ensino Fundamental e de contas criadas a partir de emendas dos próprios parlamentares à Lei Orçamentaria Anual.

Favorável ao projeto, o vereador Xuxa (PMDB) esclareceu que o recurso no valor de R\$ 550 mil previsto, até então, para o Fundo Municipal de Saúde (FMS) para a aquisição de equipamentos e material para o novo Pronto Atendimento, foi remanejado para outra conta porque o Prefeito conseguiu montante, no mesmo valor, para essa finalidade via Estado. “Trocou seis por meia dúzia. O Município não vai deixar de atender às necessidades da saúde e ainda vai poder guardar esse recurso”, explicou.

Fora de pauta

A pedido do vereador Jefferson Garbúggio (PT) foi retirado de pauta o Projeto de Lei Ordinária nº 38/2018, de autoria dos vereadores Carlos Eduardo, Xuxa e Wesley Araújo, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos por meio do incentivo à destinação de alimentos que perderam o valor comercial no âmbito do município de Marialva.

Garbúggio se mostrou preocupado sobre como e por quem será feita a análise e avaliação dos alimentos que serão doados e sobre o artigo que trata da punição na esfera penal e administrativa por dano causado ao beneficiário, pelo consumo do bem doado, desde que não se caracterize dolo ou negligência. “Não quero, aqui, discutir o mérito do projeto, mas a matéria tem algumas falhas. Quem doar, de bom coração, não pode ser responsabilizado por algo que vir acontecer com os que consumirem o produto.”



MARIALVA